

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 23 de janeiro de 2019 às 08h14*  
*Seleção de Notícias*

## Terra - Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

<b>INPI diminui prazo de exames para pedido de registro de marcas .....</b>	<b>3</b>
---	----------

DINO

Pirataria

<b>Fifa, Uefa e grandes ligas da Europa lutam contra pirataria nas transmissões .....</b>	<b>4</b>
---	----------

FUTEBOL

Propriedade Intelectual

<b>Secretário de Estado dos EUA demonstra otimismo com bom resultado em negociação entre EUA e China .....</b>	<b>5</b>
--	----------

MUNDO

## O Globo Online | BR

Direitos Autorais

<b>Google estuda retirar da União Europeia seu serviço de notícias .....</b>	<b>6</b>
--	----------

ECONOMIA | BLOOMBERG

## Abipti | BR

Marco regulatório | INPI

<b>INPI e JPO renovam PPH entre Brasil e Japão .....</b>	<b>8</b>
--	----------

## Jornal da Ciência - SBPC - Online | BR

Marco regulatório | INPI

<b>19. Uma reforma para o Inpi .....</b>	<b>9</b>
--	----------

## Convergência Digital | BR

Direitos Autorais

<b>TCU declara inidônea empresa que vendeu programa derivado de software público .....</b>	<b>10</b>
--	-----------

## Migalhas | BR

Direitos Autorais

<b>Estudante que disponibilizou livros de Direito em site sem autorização é condenado .....</b>	<b>11</b>
---	-----------

## INPI diminui prazo de exames para pedido de registro de marcas

DINO



DINO / DINO

O **INPI**, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, encerrou o ano de 2018 com aumento significativo nas análises finais de registro de marcas e reduziu o estoque de pedidos pendentes de exame na comparação com os dados consolidados deste ano e os resultados de 2017.

Nos últimos dois anos, entre dezembro de 2016 e dezembro de 2018, o instituto encurtou de 28 para 12 meses o tempo para exame de pedidos de registro de marcas, um recorde. Além desse resultado, baixou também o período de exames dos pedidos com oposição, de 64 para 13 meses, tornando a redução ainda mais expressiva nesses casos. Mesmo o aumento de 9,8% de pedidos em 2018 (204.419 contra 186.103 em 2017), não impediu que o estoque de pedidos de registro de marcas pendentes de exame fosse reduzido de 358.776 em dezembro de 2017 para 191.535 ao final de 2018, diminuindo o backlog em 46,6% na relação com o mesmo mês do ano anterior.

Esse resultado deve-se a expansão do trabalho remoto, a capacitação plena dos servidores que ingressaram em 2017 (210 novos examinadores) e a automação do fluxo de exame e do controle de prazos e pagamentos em marcas. E também ao aprimoramento das instâncias decisórias da diretoria,

com a publicação do regulamento do Comitê Permanente de Aprimoramento dos Procedimentos e Diretrizes e Exame (CPAPD) e o funcionamento do Comitê de Orientação sobre Procedimentos do Exame de **Marcas**, **Desenhos Industriais** e **Indicações Geográficas** (COPEX). Segundo Adilson Henriques, diretor da Registro Fácil de **Marcas**, essa ótima notícia derruba a máxima de que registrar a marca no país demora muito. "

Agora os empreendedores esperam apenas 12 meses, em média, para que sua marca seja registrada no Brasil, trazendo segurança jurídica e rapidez na tomada de decisões para crescimento do negócio

", resalta Henriques. Definitivamente, são novos tempos para proteção de marcas no Brasil, alcançando prazos de países desenvolvidos.

Para mais informações sobre registro de marcas acesse o portal do **INPI** <http://www.inpi.gov.br> ou <https://registrofacildemarcas.com.br>.

Website: <https://registrofacildemarcas.com.br>

## Fifa, Uefa e grandes ligas da Europa lutam contra pirataria nas transmissões

FUTEBOL

*Organizações denunciam conduta da BeoutQ, entidade da Arábia Saudita*

Grandes entidades do futebol mundial abriram "guerra" contra a **pirataria** nas transmissões dos jogos. Fifa, Uefa, Confederação Asiática de Futebol, além das ligas espanhola, inglesa e alemã apresentaram um comunicado, nesta terça-feira, no qual denunciam abusos da "entidade pirata BeoutQ, da Arábia Saudita", por sua "disseminação persistente e ilegal de eventos sobre os quais não têm direitos".

Em um comunicado, as seis organizações denunciaram a conduta da BeoutQ, com "atividades que claramente e flagrantemente violam direitos de propriedade intelectual", com o último exemplo da Copa da Ásia, que está sendo disputada nos Emirados Árabes Unidos.

"A **pirataria** de BeoutQ não nos prejudica apenas, os detentores dos direitos, mas também prejudica os li-

cenciados legítimos e, finalmente, os fãs de nossas competições", afirma o comunicado.

As organizações afirmam que "a **pirataria** mata o investimento". "O dinheiro gerado pela venda de direitos de TV nos ajuda a apoiar os participantes e serve para desenvolver e crescer o esporte", diz o documento.

As entidades também anunciaram que trabalharão "em conjunto" com seus "associados e com as autoridades competentes para fortalecer e proteger os direitos de propriedade intelectual e pôr fim ao problema da **pirataria** para o benefício de todos".

A empresa BeoutQ é acusada de **pirataria** durante os jogos da Copa do Mundo da Rússia, em jogos decisivos da Liga dos Campeões da Europa e também em partidas da Copa da Ásia. Investigações poderão ser feitas na Arábia Saudita.

## Secretário de Estado dos EUA demonstra otimismo com bom resultado em negociação entre EUA e China

MUNDO



O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, durante coletiva de imprensa em Washington, D.C. 14/12/2018 REUTERS/Jim Young

Em referência à próxima rodada de negociações, marcada para 30 e 31 de janeiro em Washington, ele acrescentou: "estou otimista de que receberemos eles bem e que teremos um bom resultado dessas conversas."

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, demonstrou otimismo nesta terça-feira em relação a um bom resultado nas negociações comerciais com a China e disse que um conflito entre os dois países pode ser evitado.

Pompeo, falando por vídeo ao Fórum Econômico Mundial de Davos, referia-se às negociações pensadas para evitar a ameaça do presidente dos EUA, Donald Trump, de elevar mais as tarifas sobre 200 bilhões de dólares em importações chinesas até o início de março.

Pompeo começou descrevendo a China como beligerante em relação a seus vizinhos e "adotando o totalitarismo" em casa, mas disse que a disputa pode ser resolvida se Pequim aceitar os princípios do comércio aberto e justo e a proteção da **propriedade intelectual**.

"Há aqueles que dizem que um conflito de superpoderes entre nossos países é inevitável. Não vemos deste modo", disse ele.

# Google estuda retirar da União Europeia seu serviço de notícias

ECONOMIA



Google News pode ser retirado da União Europeia se nova lei de direitos autorais for aprovada Foto: TOBIAS SCHWARZ / AFP



*Parlamento do bloco examina nova lei que exigiria pagamento de direitos a editoras por conteúdo em resultados de buscas*

BRUXELAS E MOUNTAIN VIEW - A União Europeia está trabalhando na finalização de uma nova lei de **direitos autorais**. As regras oferecem às editoras o direito de exigir dinheiro do Google, do Facebook e de outras plataformas web quando pequenos fragmentos de seus artigos aparecem nos resultados de buscas de notícias ou são compartilhados pelos usuários.

Essa possibilidade levou o Google a estudar retirar o Google News do continente como resposta à nova lei, segundo Jennifer Bernal, gerente de Políticas Públicas do Google para Europa, Oriente Médio e África. A gigante da **internet** tem várias opções sobre a mesa e analisará o texto final antes de tomar qualquer decisão, disse Jennifer, acrescentando que o Google retiraria seu serviço "com relutância".

A UE planejava finalizar as regras no início desta semana, mas o prazo foi adiado devido a divergências entre os países-membros em relação a alguns itens do pacote. O adiamento prolonga ainda mais o processo legislativo, que começou quando a Comissão Europeia, braço executivo do bloco, propôs as regras pela primeira vez, em 2016.

- A proposta da Diretiva dos Direitos de Autor é muito complexa - disse um representante da Romênia, a atual líder do Conselho Europeu dos 28 países-membros do bloco. - O conselho precisa de mais tempo para refletir para chegar a uma posição sólida.

O Google afirmou que não lucra com o serviço de notícias, razão pela qual é improvável que a retirada gere um impacto financeiro. Mas os resultados das notícias fazem com que os usuários de dispositivos móveis retornem ao seu mecanismo de pesquisa, no

Continuação: Google estuda retirar da União Europeia seu serviço de notícias

qual geralmente digitam outras consultas que geram lucrativas receitas com anúncios. O Google também concorre com os serviços de agregação de notícias concorrentes da Apple e do Facebook.

Músicas e vídeos seriam contemplados

Os parlamentares ainda estão discutindo como definir pequenos trechos de textos e se as novas regras devem incluir palavras individuais, segundo uma autoridade da UE que pediu para não ser identificada. Além disso, as novas regras de **direitos autorais** também exigiriam que Google e Facebook evitassem que músicas, vídeos e outros conteúdos protegidos por **direitos autorais** aparecessem em suas plataformas se os detentores dos direitos não concedessem licença às empresas.

Apesar da demora, a UE ainda poderia chegar a um acordo nos próximos meses, segundo dois funcionários do bloco. Mas, se não conseguirem fazê-lo até a primavera (do Hemisfério Norte, isto é, a partir do final de março), quando haverá eleições para o

Parlamento Europeu, o processo será adiado até o fim deste ano.

Serviço fora da Espanha

Não está claro qual seria o impacto da retirada do serviço de notícias do Google para as plataformas que dependem do gigante de buscas para atrair tráfego para seus websites. O Google desativou seu serviço de notícias na Espanha em 2014 quando o país aprovou uma lei que exige que as publicações espanholas cobrem dos agregadores de notícias por exibirem trechos de suas reportagens. As editoras devem solicitar compensação pela reutilização de pequenos fragmentos de textos, quer queiram ou não.

A lei espanhola fez com que as pequenas editoras perdessem cerca de 13% do tráfego na web, segundo um estudo de 2017 divulgado pela Associação Espanhola de Editoras de Publicações Periódicas. Isso se traduz em um custo de pelo menos € 9 milhões (US\$ 10,2 milhões), estimou o estudo.

## INPI e JPO renovam PPH entre Brasil e Japão

O **INPI** e o Instituto Japonês de Patentes (JPO) formalizaram nesta quarta-feira, dia 16 de janeiro, em Tóquio, a renovação do projeto de Patent Prosecution Highway (PPH) entre Brasil e Japão. A cerimônia contou com a presença da diretora de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados do **INPI**, Liane Lage, e do diretor da 3ª Divisão de Patentes do JPO (Química, Ciências da Vida e de Materiais), Susumu Iwasaki.

A segunda fase do PPH entre Brasil e Japão tem duração de dois anos, a partir de abril, limite de 200 requerimentos e amplia os campos técnicos envolvidos - entre eles, estão: energia; maquinário; tecnologia audiovisual; telecomunicações; comunicação digital; computação; semicondutores; polímeros; metalurgia e materiais; agroquímicos;

microorganismos; e enzimas. As classificações e as regras serão detalhadas em resolução do **INPI**.

No mesmo dia, o **INPI** participou de seminário sobre PI no Brasil, realizado na sede da Organização para o Comércio Exterior Japonês (JETRO). Durante o evento, Liane Lage abordou aspectos gerais do sistema de patentes no Brasil. Já o pesquisador Diego Musskopf, gestor do grupo de exame cooperativo do **INPI**, tratou da situação atual do PPH entre Brasil e Japão e perspectivas futuras.

O evento contou ainda com a presença do pesquisador Vagner Latsch, coordenador-geral de patentes do **INPI**, que está participando de projeto de pesquisa no JPO.



## 19. Uma reforma para o Inpi

Órgão não consegue atender à demanda por patentes, comenta Telma Salles, presidente da PróGenéricos (Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos), em artigo para a Folha de S. Paulo

O novo governo, que prepara ampla reforma da estrutura da máquina pública, poderia aproveitar o início de mandato para lançar um olhar atento sobre o **Inpi** (Instituto Nacional da Propriedade intelectual), uma das autarquias mais estratégicas e pouco prestigiadas do país.

Responsável pela análise, aprovação ou recusa de patentes, entre outras matérias, o órgão está no epicentro da inovação e do empreendedorismo no país. Da autarquia dependem o futuro de empresas e em-

presários que se dedicam a buscar soluções disruptivas que têm o potencial de movimentar a economia.

A despeito de sua relevância para o futuro dos negócios do país, o **Inpi** vive há décadas um verdadeiro estado de penúria. O órgão não tem estrutura para atender ao enorme fluxo de pedidos de exame de patentes a que é submetido e acumula um passivo absurdo de procedimentos administrativos.

Leia na íntegra: Folha de S. Paulo

O Grupo Folha não autoriza a reprodução do seu conteúdo na íntegra para quem não é assinante. No entanto, é possível fazer um cadastro rápido que dá direito a um determinado número de acessos.

## TCU declara inidônea empresa que vendeu programa derivado de software público

O Tribunal de Contas da União (TCU) declarou que a empresa Sistema GP-Web Ltda não poderá participar de licitações da Administração Pública Federal por cinco anos. A empresa, de acordo com o relatório elaborado pela equipe da Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa) do tribunal, não possuía os **direitos autorais** sobre o programa de computador GPWeb, disponível no Portal do Software Público.

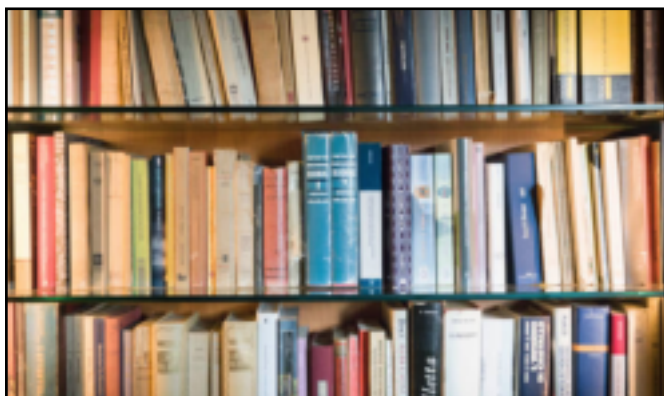
A decisão faz parte do Acórdão 2895/2018, que considerou ilegal a criação de versão proprietária do GPWeb Profissional a partir da derivação do Software Público Brasileiro GPWeb. O acórdão informa ainda que a empresa não possuía licenças comercial para utilizar as ferramentas ExtGantt, do fabricante Bryntum, e Highcharts, do HighSoft, no software GPWeb Profissional. Com isso, de acordo com o Tribunal, eventuais contratantes da empresa devem ser alertados sobre possível infração de **direitos autorais**.

Para ser considerado um software público brasileiro,

nos termos da Portaria nº 46, de 28 de setembro de 2016, o software deve ser livre -- com licença compatível com a licença pública geral GNU -- e deve ser compartilhado no Portal do Software Público Brasileiro. É possível utilizar outro modelo de licença, desde que aprovado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). No entendimento do Tribunal, o SPB é um bem público de uso comum, e, portanto, de acordo com o Código Civil, inalienável.

A Portaria nº 46, de 28 de setembro de 2016, veda a criação de versões comerciais e estabelece que os softwares derivados devem permanecer como livres e manter as mesmas liberdades definidas pela licença adotada no software original. Assim, o Acórdão aponta fortes indícios de desvirtuação da finalidade do Portal do Software Público Brasileiro pela empresa. Além da criação de uma versão comercial de um software público brasileiro, a Sistema GP-Web Ltda também fez uso do Portal como meio de divulgação para venda do GPWeb Profissional.

## Estudante que disponibilizou livros de Direito em site sem autorização é condenado



A 9ª câmara de Direito Privado do TJ/SP manteve decisão que condenou dono de site por disponibilizar, na **internet**, sem autorização, acesso a conteúdos de obras literárias. Para o colegiado, a prática causa impacto na venda dos livros originais, causando prejuízos a todos titulares dos **direitos autorais**.

A Associação Brasileira de Direitos Reprográficos ajuizou ação contra o estudante ao ter ciência de que ele disponibilizava em site de sua autoria, sem autorização, livros sobre Direito Previdenciário, Administrativo, entre outros, cujos **direitos autorais** pertencem às editoras associadas à entidade.

Em 1º grau, o estudante foi condenado a retirar as obras do site e a pagar à associação de editoras o valor correspondente ao preço de mercado de 3 mil exemplares.

Diante da decisão, o estudante recorreu alegando que jamais realizou a reprodução de obras literárias, restringindo-se a mera disponibilização dos livros em arquivo eletrônico a outros estudantes do seu curso de graduação, com estrita finalidade acadêmica.

No TJ/SP, o desembargador José Aparício Coelho Prado Neto não deu razão aos argumentos do es-

tudante. Para ele, ainda que inexistia prova da vantagem econômica direta em razão da disponibilização das obras literárias, "*é certo que tal prática causa impacto na venda dos livros originais, publicados pelas editoras associadas à autora, causando prejuízos a todos titulares dos **direitos autorais**, fato que enseja a reparação de danos postulada na petição inicial*".

Assim, manteve o valor fixado em 1º grau da indenização.

Processo: 1117324-63.2015.8.26.0100

Veja a íntegra do acórdão.

## Índice remissivo de assuntos

**Denominação de Origem**

3

**Marco regulatório | INPI**

3, 8, 9

**Desenho Industrial**

3

**Pirataria**

4

**Propriedade Intelectual**

5

**Direitos Autorais**

6, 10, 11